



Prefeitura do Município de Maripá

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 - Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44) 687-1262

e-mail: pmmaripa@vn.com.br - home-page: <http://www.visaonet.com.br/maripa>

CNPJ 95.583.571/0001-02

LEI Nº 344 – DE 14 DE MAIO DE 2003

SÚMULA: Regulamenta o pagamento dos valores em que a Fazenda Pública Municipal for condenada; considerados àqueles de pequeno valor, para efeito do que dispõe o § 3º do artigo 100 da Constituição Federal.

A Câmara Municipal de Maripá, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Para efeito do que dispõe o § 3º do art. 100 da Constituição Federal serão considerados de pequeno valor, observado o disposto no § 4º do art. 100 da Constituição Federal, os débitos ou obrigações consignados em sentença transitada em julgado, que tenham valor igual ou inferior a trinta (30) salários-mínimos.

Art. 2º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no artigo anterior, o pagamento far-se-á, sempre, por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma prevista no § 3º do art. 100.

Art. 3º Em caso de litisconsórcio, será considerado, para efeito dos artigos 2º e 3º, o valor devido a cada litisconsorte, expedindo-se, simultaneamente, se for o caso, requisições de pequeno valor e requisições mediante precatório.

Art. 4º O pagamento de quantia certa a que for condenada a Fazenda Pública será requisitado ao Prefeito Municipal.

Parágrafo Único - Compete a Fazenda Municipal aferir a regularidade formal das requisições, bem como assegurar a obediência à ordem de preferência de pagamento dos créditos, nos termos preconizados na Constituição Federal e na presente Lei.

Art. 5º O juiz da execução indicará, nas requisições, os seguintes dados:
I - natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (requisição de pequeno valor - RPV - ou precatório a ser pago em parcela única ou de forma parcelada);

II - número do processo de execução e data do ajuizamento do processo de conhecimento;

III - nomes das partes e de seus procuradores;

IV - nomes e números de CPF ou CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratarem de advogados e peritos;

V - valor total da requisição e individualização por beneficiário;

VI - data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores;



Prefeitura do Município de Maripá

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 - Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44) 687-1262

e-mail: pmmaripa@vn.com.br - home-page: <http://www.visaonet.com.br/maripa>

CNPJ 95.583.571/0001-02

VII - data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão no processo de conhecimento;

VIII - data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão nos embargos à execução ou indicação de que não foram opostos embargos ou qualquer impugnação aos cálculos;

IX - em se tratando de requisição de pagamento parcial, complementar ou suplementar, o valor total do crédito executado, por beneficiário.

X - natureza da obrigação a que se refere o pagamento;

Parágrafo Único - Ausente qualquer dos dados especificados, a requisição não será considerada para quaisquer efeitos, cabendo ao Município restituí-la à origem.

Art. 6º Para efeito da atualização monetária, será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - Série Especial - IPCA, divulgado pelo IBGE ou aquele que vier a substituí-lo.

Art. 7º As importâncias requisitadas, quando liberadas pela Fazenda Municipal, serão depositadas em estabelecimento oficial, à ordem do juiz da execução.

Art. 8º A presente Lei se aplica igualmente e nas mesmas condições às sentenças proferidas no âmbito da Vara do Trabalho para acordos trabalhistas, com o pagamento direto por parte da Fazenda Pública, não havendo necessidade de expedição de precatório, desde que não ultrapassado o limite estipulado no artigo 1º desta Lei.

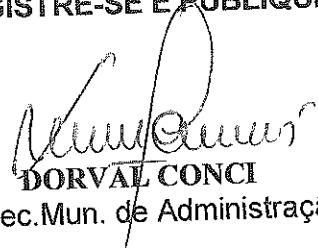
Art. 9º O Executivo baixará, por Decreto, a normatização das ações que se fizerem necessárias ao desenvolvimento da presente Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARIPÁ
EM, 14 DE MAIO DE 2003.


DORIVAL MOREIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE


DORVAL CONCI
Sec. Mun. de Administração

Jornal Órgão Oficial "O PARANÁ"
Cascavel - PR 15/05/03. PG 26